

## **A LEI Nº 11.952/2009 E SUAS ALTERAÇÕES: regularização fundiária, grilagem e impactos ambientais na Amazônia Legal**

*Dyellen Maria Alves Santos 1<sup>1</sup>*  
*Heloísa Gomes de Araújo Costa 2<sup>2</sup>*  
*Richelle Santos Souza 3<sup>3</sup>*

O presente resumo visa analisar os impactos da Lei 11.952/2009 e suas alterações sobre a dinâmica de grilagem de terras públicas e os índices de desmatamento na Amazônia Legal, com ênfase nos desafios para garantir a eficácia dessa legislação. Sob essa perspectiva, a Lei 11.952/2009, representa um marco no tratamento jurídico da regularização fundiária em áreas da União situadas na Amazônia Legal. Seu escopo original visava promover a titulação de ocupações consolidadas, fomentar o desenvolvimento econômico regional e assegurar a função social da propriedade (Cunha, 2025). Todavia, as alterações advindas desse documento legal podem estimular práticas de grilagem e agravar a degradação ambiental, coloca-se a seguinte questão central: a legislação cumpre sua finalidade de assegurar a função social da propriedade e reduzir conflitos fundiários sem comprometer a proteção constitucional do meio ambiente? Para responder a tal questionamento, salienta-se que o resumo tem como objetivo geral analisar os efeitos decorrentes das alterações desta lei no processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, destacando em que medida sua aplicação contribui para a ampliação de práticas de grilagem e para a intensificação de impactos ambientais. O objetivo específico do trabalho consiste em examinar a evolução legislativa da Lei nº 11.952/2009, identificando as principais alterações normativas e suas repercussões no processo de regularização fundiária na Amazônia Legal; E em segundo momento, investigar a relação entre a aplicação da Lei nº 11.952/2009 e o avanço de práticas de grilagem e degradação ambiental. Metodologicamente, o estudo é de natureza aplicada, qualitativa e descritiva, utilizando método dedutivo e análise documental e normativa, com foco na Lei nº 11.952/2009, por meio de pesquisa bibliográfica e revisão de documentos oficiais e científicos. Sob esse panorama, depreende-se que o presente resumo adequa-se na vertente das considerações parciais, a Lei nº 11.952/2009, embora concebida com o propósito de promover a regularização fundiária e reduzir a insegurança jurídica na Amazônia Legal, apresenta fragilidades normativas que podem favorecer a ocupação irregular de terras públicas. Constata-se, portanto, que a norma, ao mesmo tempo em que busca assegurar direitos fundiários a pequenos ocupantes, também abre espaço para conflitos socioambientais, demandando uma reinterpretação crítica à luz dos princípios constitucionais de proteção ambiental e de justiça social.

Palavras-chave: Lei Nº 11.952/2009; Regularização Fundiária; Amazônia Legal; Grilagem.

### **Referências**

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: dyellenmaria@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5158028627402015>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7240-3559>.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: heloisagomesrose@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: richellesantossouza@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0533546987817451>. ORCID: 0009-0000-0973-3778.

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. A regularização fundiária avançou na Amazônia? Os dois anos do programa Terra Legal. **Revista Imazon**, Agosto de 2011. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/20934\\_20110927\\_134221.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/20934_20110927_134221.pdf). Acesso em: 24 set. 2025.

CUNHA, Paulo Roberto. “Uma Política Pública de Privatização e Degradação Da Amazônia Disfarçada de Regularização Fundiária: Uma Análise Sobre a Evolução Da Lei Federal N° 11.952/2009.” **Confins**, vol. 52, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.40043>. Acesso em: 23 set. 2025.

EMCASA. **O que é Regularização Fundiária?** 5 ago. 2025. Disponível em: <https://emcasajf.com.br/2025/08/05/o-que-e-regularizacao-fundiaria/#:~:text=Na%20pr%C3%A1tica%2C%20C3%A9%20o%20processo,v%C3%A1rias%20regi%C3%B5es%20da%20nossa%20cidade>. Acesso em: 24 set. 2025.

MONTEIRO, Aianny Naiara; TRECCANI, Girolamo Domenico. **Regularização fundiária na Amazônia**: notas sobre a Lei nº 13.465/2017. 2018. Disponível em: [https://governancadeterreas.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ARTIGO\\_MONTEIRO\\_TRECCANI\\_SGTDE2018FINAL-1.pdf](https://governancadeterreas.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ARTIGO_MONTEIRO_TRECCANI_SGTDE2018FINAL-1.pdf). Acesso em: 26 set. 2025.